

STJ00098372

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Direito.

PROCESSO DE EXECUÇÃO E
CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

28ª Edição
Revista e Atualizada



São Paulo – SP
2014

© Copyright 2014 by Livraria e Editora Universitária de Direito

Editor responsável:

Armando dos Santos Mesquita Martins

Produtor editorial:

Luiz Antonio Martins

Revisão:

Aníger Lara Neiva Pires

Luiz Antonio Martins

Maira Terra Lauar

Editoração e capa:

Triall Composição Editorial Ltda



Livraria e Editora Universitária de Direito

Rua Santo Amaro, 586 – Bela Vista

Telefones: (11) 3105-6374 – 3104-0317 – CEP 01315-000

E-mail: leud@leud.com.br – *Site:* www.editoraleud.com.br

São Paulo – SP

1003331

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e a sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei nº 10.695, de 1º.07.2003) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

SUMÁRIO

TÍTULO I INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO FORÇADA

CAPÍTULO I AS VIAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

1.	Tutelas jurisdicionais	51
2.	Breve histórico da ação executiva.....	52
3.	As sucessivas reformas do CPC, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i>	54
4.	A modernização da execução do título extrajudicial.....	57
5.	Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal.....	57
6.	Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro.....	59
7.	Nova estrutura do presente livro	60

TÍTULO II O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

CAPÍTULO II EXECUÇÃO FORÇADA

8.	Processo de execução.....	61
9.	Evolução histórica da execução	63
10.	A execução no direito brasileiro.....	64
11.	Tendências do processo de execução no direito brasileiro.....	66
12.	Opção entre ação executiva e ação cognitiva.....	68
13.	Meios de execução	71
14.	Modalidades dos meios de execução	72
15.	Natureza do processo de execução.....	73
16.	Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais.....	74
17.	Autonomia do processo de execução	77

18.	Autonomia da execução e as reformas do CPC	78
19.	Objetivo da execução	79
20.	Condições e pressupostos da execução	80
21.	A função do título executivo	81
22.	Princípios informativos do processo de execução.....	83
23.	As várias modalidades de execução	86
24.	Atos de execução	87
25.	Relação processual executiva.....	88
26.	Citação executiva	89
27.	Princípio da oficialidade	90

CAPÍTULO III

ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

28.	Visão dinâmica e estática do processo	91
29.	Classificação dos elementos do processo.....	91
30.	Objeto da execução	92

CAPÍTULO IV

AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

31.	Conceito	95
32.	Legitimação ativa.....	96
33.	Legitimação ativa originária	97
34.	Litisconsórcio e assistência no processo de execução	97
35.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	99
36.	Espólio	99
37.	Herdeiros e sucessores	101
38.	Momento da sucessão	101
39.	Cessionário.....	102
40.	Sub-rogado	103
41.	Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	104
42.	Terceiros interessados	104

CAPÍTULO V

AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

43.	Legitimação passiva.....	105
44.	O devedor.....	107
45.	Sucessores.....	107
46.	O novo devedor.....	108
47.	Fiador judicial	110
48.	Fiador extrajudicial	110
49.	Responsável tributário	112
50.	Denúnciação da lide.....	117

51.	Chamamento ao processo.....	118
52.	Intervenção de curador especial ao executado revel	120

CAPÍTULO VI

CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXEQUENTE

53.	Cúmulo objetivo de execuções	121
54.	Cúmulo subjetivo	123
55.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida	123
56.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	124

CAPÍTULO VII

COMPETÊNCIA

57.	Juízo competente para a execução	127
58.	Execução de sentença.....	127
59.	Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	128
60.	Competência para a execução fiscal	128
61.	Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	129
62.	Competência para deliberação sobre os atos executivos.....	130
63.	Competência internacional.....	130

CAPÍTULO VIII

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

64.	Pressupostos específicos da execução forçada.....	131
65.	Inadimplemento do devedor.....	131
66.	Inadimplemento em contrato bilateral	132
67.	Título executivo	134
68.	Conteúdo do título executivo	134
69.	Forma dos títulos executivos.....	136

CAPÍTULO IX

TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

70.	Execução de sentença e ação executiva	137
71.	Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança.....	138
72.	Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro	
73.	Classificação	139
74.	Títulos cambiários e cambiariformes	140

75.	Duplicata sem aceite	141
75-a.	Boleto bancário	143
76.	Registro fiscal das cambiais	144
77.	Responsáveis cambiários	145
78.	Documento público ou particular	146
78-a.	Contrato com convenção arbitral	146
79.	Confissões de dívida	147
80.	Hipoteca, penhor, anticrese e caução	148
81.	Execução hipotecária	149
81-a.	Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel	151
81-b.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	152
82.	Classificação das garantias	152
83.	Seguros	154
84.	Rendas imobiliárias	154
85.	Encargo de condomínio	155
86.	Custas judiciais, emolumentos e honorários	156
87.	Dívida ativa da Fazenda Pública	156
88.	Títulos executivos definidos em outras leis	160
88-a.	Decisões dos Tribunais de Contas	161
88-b.	Contrato administrativo e nota de empenho	161
89.	Cédulas de crédito rural	162
90.	Outras cédulas de crédito	163
91.	Títulos estrangeiros	164
92.	Contrato de abertura de crédito	165
93.	Conclusões	171
93-a.	Invalidação do título executivo	171

CAPÍTULO X

CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO TÍTULO EXECUTIVO

94.	Requisitos da obrigação retratada no título executivo	173
95.	Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade	173
96.	Liquidação dos títulos executivos	174
97.	Ilíquidez parcial da sentença	175
98.	Prestações de trato sucessivo	175

CAPÍTULO XI

EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

99.	Procedimento da execução forçada	177
100.	Observações sobre a petição inicial	178
101.	Execução provisória de título extrajudicial	179

CAPÍTULO XII
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

102.	Obrigação e responsabilidade	181
103.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	183
104.	Responsabilidade executiva secundária	184
105.	Sucessor singular	184
106.	Sócio	186
107.	Bens do devedor em poder de terceiros	187
108.	Dívida de cônjuge	188
109.	Fraude de execução	189
110.	Visão pretoriana atual da fraude de execução	192
111.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	194
112.	Credor titular de direito de retenção	195
113.	Execução contra o fiador	196
114.	Execução de dívida de pessoas jurídicas	196
115.	Falecimento do devedor	197

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

116.	Normas do processo de conhecimento	199
117.	Execução e procedimento sumário	200
118.	Ação declaratória incidental	201
119.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	202
120.	Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios	204

CAPÍTULO XIV
AS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

121.	Disposições gerais	207
122.	Direito de preferência gerado pela penhora	207
123.	Ampliação da tutela aos privilégios	209
124.	Documentação da petição inicial	210
125.	Outras providências a cargo do credor	211
126.	Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público	212
127.	Efeito da averbação	212
128.	Abuso do direito de averbação	213
129.	Petição inicial incompleta ou mal instruída	213
130.	Execução e prescrição	214
131.	A exceção de prescrição	215
132.	Nulidades no processo de execução	216
133.	Imperfeição do título executivo	216
134.	Falta de título executivo	217
135.	Nulidade da execução fiscal	217

136.	Vício da citação.....	218
137.	Verificação da condição ou ocorrência do termo	219
138.	A arguição das nulidades.....	220
139.	Arrematação de bem gravado com direito real	220
140.	Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens	222
141.	Execução realizável por vários meios	222
142.	Reação do executado à execução excessivamente onerosa	224
143.	Peculiaridades da citação executiva	224
144.	Despacho da petição inicial e recurso	225

CAPÍTULO XV

EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

145.	Conceito	227
146.	Entrega de coisa certa	228
147.	Procedimento	229
148.	Efeito dos embargos.....	230
149.	Cominação de multa diária	231
150.	Alienação da coisa devida.....	231
151.	Execução da obrigação substitutiva	232
152.	Iniciativa da conversão.....	233
153.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção	234
154.	Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa	235
155.	Execução para entrega de coisa incerta.....	236
156.	A generalização da sentença executiva “ <i>lato sensu</i> ” (Lei nº 10.444, de 07.05.2002).....	237
157.	Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	238
158.	Embargos de retenção	238
159.	Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial.....	239

CAPÍTULO XVI

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

160.	Introdução	243
161.	O problema da execução das prestações de fato	243
162.	Fungibilidade das prestações	244
163.	A multa como meio de coação	245
164.	Distinções preliminares.....	246
165.	Princípios comuns	247
166.	A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002	248
167.	Execução das prestações fungíveis	248
168.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	249
169.	Inadimplência do terceiro contratante.....	251

170.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	251
171.	Autotutela prevista no novo Código Civil	252
172.	Execução das prestações infungíveis	253
173.	Execução das prestações juridicamente infungíveis: declaração de vontade.....	253
174.	Execução das obrigações de não fazer.....	254
175.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	255

CAPÍTULO XVII

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES

176.	Introdução	259
177.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	260
178.	O objetivo da execução por quantia certa	261
179.	Espécies	262
180.	Execução por quantia certa contra o devedor solvente	262
181.	Proposição.....	263
182.	Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação	264
183.	Redução da verba advocatícia arbitrada.....	266
184.	Arresto de bens do devedor não encontrado	267

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA

185.	Instrução.....	269
186.	Penhora	269
187.	Procedimento da penhora e avaliação	271
188.	Realização prática da penhora.....	272
189.	Natureza jurídica da penhora	272
190.	Extensão da penhora	275
191.	Razão da impenhorabilidade do capital de giro	277
192.	Objeto da penhora: bens penhoráveis	279
193.	Bens impenhoráveis	280
194.	Noção de impenhorabilidade	281
195.	Bens absolutamente impenhoráveis.....	281
196.	Ressalva geral da impenhorabilidade.....	288
197.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	289
198.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	290
199.	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	291
200.	Bens relativamente impenhoráveis	293
201.	Fundos líquidos em sociedade comercial.....	293
202.	Ilegalidade da penhora	294

203.	Remição da execução.....	295
204.	Nomeação de bens à penhora.....	296
205.	Falta de nomeação de bens na petição inicial.....	296
206.	Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....	297
207.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes.....	298
208.	Penhora de bens escolhidos pelo executado.....	299
209.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	299
210.	Nomeação de bens pelo exequente.....	300
211.	Situação dos bens a penhorar.....	301
212.	Bens fora da comarca.....	301
213.	Penhora pelo oficial de justiça.....	302
214.	Impedimentos e obstáculos à realização da penhora.....	303
215.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	304
216.	Intimação da penhora.....	304
217.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	306

CAPÍTULO XIX

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O

DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES

218.	Particularidades da penhora de certos bens.....	309
219.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	309
220.	Impenhorabilidade do saldo bancário.....	310
221.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	311
222.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	312
223.	Penhora <i>on line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	313
223-a.	Equiparação da penhora de mão própria à penhora de dinheiro.....	314
224.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor.....	315
225.	Penhora de ações e quotas sociais.....	315
226.	Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais.....	316
227.	Penhora de direitos e ações.....	317
228.	Penhora sobre créditos do executado.....	317
229.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.....	319
230.	Penhora no rosto dos autos.....	319
231.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	319
232.	Penhora de empresas e outros estabelecimentos.....	320
233.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	321
234.	Penhora de navio ou aeronave.....	321
235.	Penhora de imóvel.....	321
236.	Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução.....	324
237.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens.....	325
238.	Modificações da penhora.....	326
239.	Substituição da penhora.....	327

240.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes	328
241.	Substituição por iniciativa do executado.....	329
242.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	330
243.	Menor onerosidade para o executado.....	330
244.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	331
245.	Liberação da penhora por remição.....	332

CAPÍTULO XX

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

246.	Depósito dos bens penhorados	333
247.	Nomeação do depositário.....	334
248.	Depósito dos bens imóveis.....	335
249.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira	335
250.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	336
251.	Função do depositário	336
252.	Depositário comum e depositário administrador	337
253.	Direitos e deveres do depositário	338
254.	Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados	339
255.	Responsabilidade do depositário.....	340
256.	Ação de depósito.....	340
257.	Ação de prestação de contas	342
258.	Ação de indenização	343
259.	Entrega de bens após a expropriação executiva	344
260.	Prisão civil do depositário judicial.....	345

CAPÍTULO XXI

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO

261.	Conceito	347
262.	Avaliação.....	348
263.	O encarregado da avaliação	349
264.	Laudo de avaliação	349
265.	Dispensa da avaliação	350
266.	Avaliação de bem imóvel.....	351
267.	Avaliação e contraditório	351
268.	Repetição da avaliação.....	352
269.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	354

CAPÍTULO XXII

ADJUDICAÇÃO

270.	Introdução	357
------	------------------	-----

271.	Conceito de adjudicação	357
272.	Requisitos da adjudicação	358
273.	Depósito do preço	359
274.	Legitimação para adjudicar	359
275.	Adjudicação por credor	360
276.	Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado.....	361
277.	Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praceamento	362
278.	Prazo para a adjudicação	363
279.	Concurso entre pretendentes à adjudicação	364
280.	Auto de adjudicação	365
281.	Aperfeiçoamento da adjudicação	366
282.	Carta de adjudicação	366

CAPÍTULO XXIII

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

283.	As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	367
284.	Formalização da alienação por iniciativa particular.....	368
285.	Carta de alienação	369

CAPÍTULO XXIV

ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA

286.	Conceito de hasta pública e arrematação	371
287.	Natureza jurídica	371
288.	Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais	372
289.	Leilão e praça	374
290.	Editais e outras divulgações da hasta pública	375
291.	Intimação do devedor	376
292.	Outras intimações.....	376
293.	Adiamento da hasta pública	378
294.	A hasta pública	378
295.	Legitimação para arrematar	379
296.	Forma de pagamento da arrematação	381
297.	Auto de arrematação	381
298.	Arrematação de imóveis.....	382
299.	Oportunidade da proposta de arrematação a prazo	383
300.	Requisitos mínimos da proposta	384
301.	O cumprimento das prestações.....	384
302.	Perda de eficácia da arrematação	384
303.	Natureza da perda de efeitos da arrematação	388
304.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	389
305.	Carta de arrematação	390

306.	Efeitos da arrematação	392
307.	Evicção e arrematação	393
308.	Vícios redibitórios.....	394
309.	Ação anulatória da arrematação	394
310.	Remição dos bens arrematados	395
311.	Outros casos de remição (ou adjudicação?) de bens dados em garantia real	396

CAPÍTULO XXV

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR

312.	Observações preliminares	399
313.	Última etapa do processo de execução.....	400
314.	Entrega do dinheiro.....	400
315.	O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial	401
316.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	401
316-a.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	405
317.	Usufruto de móvel ou imóvel.....	406
318.	Efeitos do usufruto judicial.....	408

CAPÍTULO XXVI

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA
DA FAZENDA PÚBLICA E PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS

319.	Execução contra a Fazenda Pública	413
320.	Julgamento	415
321.	Exceções ao regime dos precatórios	416
321-a.	Regime especial dos precatórios	417
322.	Execução por quantia certa fundada em sentença.....	417
323.	Execução provisória contra a Fazenda Pública	418
324.	Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública	419
325.	Atraso no cumprimento dos precatórios	419
326.	Procedimento para obtenção do precatório complementar	420
327.	Admissibilidade, excepcional, de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública com agressão patrimonial imediata.....	420
328.	Execução fiscal contra a Fazenda Pública	422
329.	Execução contra entidade da Administração Indireta	422
330.	Execução de obrigação de dar.....	423
331.	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	423
332.	Execução de prestação alimentícia.....	425
333.	A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	426
334.	Procedimento especial da execução alimentícia	426
335.	Execução provisória em matéria de alimentos.....	428

CAPÍTULO XXVII

A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO

336.	Resistência à execução.....	431
337.	Outros meios impugnativos	433
338.	Embargos e impugnação	434
339.	Natureza jurídica dos embargos à execução	436
340.	Classificação dos embargos do devedor.....	437
341.	Legitimação.....	438
342.	Autonomia dos embargos de cada executado.....	439
343.	Competência	440
344.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	442
345.	Segurança do juízo.....	444
346.	Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	444
347.	O prazo de embargos instituído pela Lei nº 11.382 e o direito intertemporal	446
348.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	447
349.	Rejeição liminar dos embargos	447
350.	Procedimento	450
351.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	451
352.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	453
353.	Os embargos à execução e a revelia do embargado	454
354.	Efeitos dos embargos sobre a execução	456
355.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	456
356.	Embargos parciais	457
357.	Embargos de um dos co-executados	458
358.	Embargos fundados em excesso de execução	458
359.	Embargos à execução de sentença	458
360.	Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento.....	460
361.	Embargos de retenção por benfeitorias	460
362.	Embargos à execução de título extrajudicial.....	461
363.	Arguição de nulidade da execução.....	462
364.	Vícios da penhora e da avaliação	463
365.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	464
366.	Retenção por benfeitorias.....	465
367.	Defesas próprias do processo de conhecimento.....	466
368.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	467
369.	Sucumbência nos embargos do devedor	468
370.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	468
371.	Legitimação para os embargos do art. 746.....	470
372.	Objeto dos embargos do art. 746.....	470
373.	A posição especial do arrematante	471
374.	Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	472
375.	Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	472

376.	Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746.....	473
377.	Exceção de pré-executividade.....	473
378.	Sucumbência na exceção de pré-executividade	478

CAPÍTULO XXVIII

PARCELAMENTO FORÇADO DO CRÉDITO EXEQUENDO

379.	Moratória legal.....	481
380.	Requisitos para a obtenção do parcelamento	481
381.	Procedimento do incidente.....	482
382.	Indeferimento do parcelamento.....	483
383.	Descumprimento do parcelamento.....	483

CAPÍTULO XXIX

EMBARGOS DE TERCEIRO

384.	Conceito	485
385.	Legitimação ativa.....	485
386.	Legitimação passiva.....	486
387.	Valor da causa	487
388.	Competência	487
389.	Oportunidade.....	487
390.	Julgamento e recurso.....	488
391.	Procedimento	488
392.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	488
393.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	489

CAPÍTULO XXX

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O
DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL

394.	Execução coletiva e execução singular	491
396.	Efeitos da declaração de insolvência.....	494
397.	Características da execução coletiva.....	496
398.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	496
399.	Insolvência de cônjuges	497
400.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	498
401.	Caracterização da insolvência.....	499
402.	Legitimação.....	500
403.	Insolvência requerida pelo credor	502
404.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	506
405.	Competência	509
406.	Declaração judicial de insolvência.....	510
407.	Atribuições do administrador.....	511

408.	Verificação e classificação dos créditos	514
409.	Credores retardatários e credores sem título executivo.....	515
410.	Quadro geral de credores	515
411.	Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	517
412.	Encerramento e suspensão do processo	518
413.	Saldo devedor.....	519
414.	Extinção das obrigações.....	520
415.	Concordata civil.....	522
416.	Pensão para o devedor.....	523
417.	Insolvência de pessoas jurídicas	523

CAPÍTULO XXXI

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO
DE EXECUÇÃO. RECURSOS.

418.	Suspensão da execução	527
419.	Suspensão provocada por embargos	528
420.	Suspensão prevista no art. 265, nºs I a III	528
421.	Suspensão por transação	529
422.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	529
422-a.	Suspensão por medida cautelar ou por prejudicialidade	530
423.	Efeitos da suspensão	531
424.	Extinção da execução.....	532
425.	Outros casos de extinção da execução	533
426.	Sentença de extinção.....	534
427.	Recursos no processo de execução	534
428.	Sentenças de decisões em matéria de execução e seus incidentes	535
429.	Efeitos dos recursos	536
430.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	537
431.	Causas de alçada	537

CAPÍTULO XXXII

EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA

432.	Introdução	539
433.	Processo de execução.....	539
434.	Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução	540
435.	Execução forçada no atual direito brasileiro.....	542
436.	Embargos à execução.....	543
437.	Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada	545
438.	Repetição do pagamento indevido	550
439.	Jurisdição e execução.....	551

440.	Opiniões de Carnelutti e Micheli	553
441.	Preclusão “pro iudicato”	555
442.	Execução injusta no CPC	556
443.	Conclusões	557

CAPÍTULO XXXIII

EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

444.	Procedimento especial da execução fiscal	559
445.	Simplificação da petição inicial	561
446.	Despacho da inicial	561
447.	Citação do devedor	561
448.	Prescrição	562
449.	Penhora	563
450.	Remoção e substituição dos bens penhorados.....	563
451.	Embargos do devedor.....	564
452.	Expropriação	565
453.	Arrematação	565
454.	Adjudicação	566
455.	Despesas processuais	566
456.	Recursos	567

TÍTULO III

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

CAPÍTULO XXXIV

A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL

457.	As vias executivas no processo civil brasileiro.....	569
458.	A execução como ofício normal do juiz.....	569
459.	A reforma é boa mas não é milagrosa	571
460.	Direito intertemporal.....	573

CAPÍTULO XXXV

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA

461.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	575
462.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	578
463.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	578
463-a.	Defesa do executado	581
464.	Cumprimento por iniciativa do devedor	583
464-a.	O cumprimento forçado por iniciativa do devedor no caso de dívida de dinheiro.....	583
465.	Sucumbência	585

CAPÍTULO XXXVI

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA
ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

466.	Noção de obrigação de fazer e não fazer	587
467.	Execução específica e execução substitutiva	588
468.	Tutela específica	588
469.	Característica do procedimento da execução específica	590
470.	Tutela substitutiva	590
471.	Medidas de apoio	591
472.	A multa (<i>astreinte</i>)	592
473.	Cumulação da multa diária com medida de execução específica.....	597
474.	Execução da multa	597
474-a.	Procedimento a observar na execução da multa.....	599
474-b.	A prévia intimação do devedor como requisito para a execução da multa (<i>astreinte</i>)	600
474-c.	Modificação da multa imposta	602
475.	Obrigações de não fazer	603
476.	Encerramento do processo	604

CAPÍTULO XXXVII

EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO
CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE

477.	Execução das prestações de declaração de vontade	605
478.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	607
479.	A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	607
479-a.	Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis.....	608
479-b.	A natureza jurídica da sentença	609

CAPÍTULO XXXVIII

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À
OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

480.	Noção de obrigação de dar (<i>entrega de coisa</i>).....	611
481.	Execução específica e execução substitutiva	611
482.	Procedimento pós-sentença.....	612
483.	Tutela substitutiva	612
484.	Multa e outras medidas de apoio.....	613
485.	Obrigações genéricas	614
486.	Retenção por benfeitorias.....	614

CAPÍTULO XXXIX

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA
À OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA

487.	Noção de obrigação por quantia certa	617
488.	Execução por quantia certa fundada em sentença	617
489.	Multa legal	618
490.	Fixação da jurisprudência do STJ em torno da multa do art. 475-J do CPC.....	620
491.	Requerimento do credor.....	621
492.	O procedimento executivo	622
493.	Impugnação do executado.....	623
494.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	624
495.	Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz.....	632
496.	Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	633
496-a.	O cumprimento da sentença e a prescrição	633
496-b.	O problema da iliquidez da sentença	634
497.	Procedimento da impugnação	635
498.	Efeito da impugnação.....	635
499.	Instrução probatória	635
500.	Julgamento da impugnação	636
500-a.	Coisa julgada no incidente de impugnação ao cumprimento de sentença.....	636

CAPÍTULO XL

TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS

501.	Noções introdutórias	639
502.	Medidas preparatórias	640
503.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira	641
504.	Encerramento da execução de sentença	641
505.	Sentença condenatória civil	642
506.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	644
507.	Sentenças de indenização por ato ilícito	647
508.	Pensionamento em salários mínimos	649
509.	Sentença penal condenatória.....	650
510.	Sentença homologatória de conciliação ou de transação	651
510-a.	A sentença homologatória de transação e a defesa do executado	652
511.	Homologação de acordo extrajudicial.....	653
512.	Sentença arbitral.....	653
513.	Sentença estrangeira.....	654
514.	O formal de partilha	655
515.	Condenações a prestações alternativas.....	656
516.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	656

517.	Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	658
518.	Julgamento fracionado da lide	659

CAPÍTULO XLI

EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

519.	Noções introdutórias	661
520.	Fundamentos da execução provisória	661
521.	Execução de título extrajudicial embargada.....	662
522.	Situação do tema no Código	663
523.	Normas básicas da execução provisória.....	664
524.	Incidentes da execução provisória	667
525.	Processamento da execução provisória.....	667
525-a.	Execução provisória por quantia certa	668
525-b.	Execução provisória e honorários advocatícios	668

CAPÍTULO XLII

COMPETÊNCIA

526.	Juízo competente para o cumprimento da sentença	671
527.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	671
528.	Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa a obrigação por quantia certa	672
529.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	672
530.	Competência para execução civil da sentença penal.....	673
531.	Competência internacional.....	673
531-a.	Direito intertemporal.....	674

CAPÍTULO XLIII

TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

532.	Sentença ilíquida.....	675
533.	Execução da sentença ilíquida	675
534.	Casos de iliquidez da sentença.....	676
535.	Natureza jurídica da liquidação da sentença	677
536.	A liquidação e os honorários advocatícios	679
537.	Limites da liquidação	680
538.	Contraditório	680
539.	Liquidez parcial da sentença	681
540.	Liquidação por iniciativa do vencido.....	681
541.	Recursos.....	681
542.	Liquidação frustrada	682
543.	Procedimentos possíveis	683
544.	Liquidação por cálculo.....	684

545.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	685
546.	Memória de cálculo aparentemente excessiva	685
547.	Liquidação por arbitramento	687
548.	Liquidação por artigos	688
549.	A indisponibilidade do rito da liquidação	689
550.	Rescisão da decisão liquidatória	690
551.	Direito intertemporal.....	691
Bibliografia		695
Índice Alfabético-Remissivo.....		705